

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.393.570 - MS (2018/0291991-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES - MS004862
HADNA JESARELLA RODRIGUES ORENHA - MS010526
DIOGO AQUINO PARANHOS E OUTRO(S) - MS012675
AGRAVADO : CLAUDIA CRISTINA FERREIRA SILVA
ADVOGADOS : AMANDA VILELA PEREIRA - MS009714
IGOR VILELA PEREIRA - MS009421
MARCELO FERREIRA LOPES - MS011122

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por OI S.A. contra acórdão assim ementado (fl. 178):

AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA – PRELIMINAR DE COISA JULGADA – AFASTADA - RETRIBUIÇÃO DE AÇÕES – DOCUMENTO APÓCRIFO E UNILATERAL – DECLARAÇÃO DO BANCO SEM RECEBIMENTO DO CREDOR – SEM VALOR PROBATÓRIO – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Houve notícia na fase de conhecimento da demanda coletiva acerca do pagamento de ações a 10.115 titulares de crédito, porém esta quitação não foi reconhecida na sentença, nem mesmo de forma parcial, tendo sido determinada a retribuição de ações sem qualquer abatimento. A decisão agravada, por isso, não ofende a coisa julgada, ficando afastada a preliminar arguida nesse sentido. 2. O documento apresentado pela agravante não comprova o efetivo recebimento das ações pela parte credora.

Nas razões do especial, a ora agravante alega afronta aos arts. 370, 425, IV, 502, 509 e 525 do Código de Processo Civil de 2015. Aduz afronta à coisa julgada, afirmando que "tanto a Sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública, quanto o próprio Ministério, e até mesmo o Tribunal de Justiça no julgamento da Apelação, reconheceram que a entrega de ação de fato ocorreu" (fl. 190); e que "não cabe ao juiz condutor do processo fixar novos parâmetros não determinados na sentença liquidanda" (fl. 193). Assevera haver cerceamento de defesa, pois, o "reconhecimento da preclusão

(...) impede que a recorrente demonstre os pagamentos já feitos para que estes sejam abatidos dos cálculos apresentados pela recorrida" (fls. 195/196); e que "não houve a contestação da veracidade do documento pela parte recorrida" (fl. 197).

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Inicialmente, no que se refere às matérias constantes dos arts. 370, 425, IV, e 525 do Código de Processo Civil/2015, estas não foram objeto de debate pela Corte de origem. Assim, ressentindo-se o especial do requisito de prequestionamento, exigido inclusive para as matérias de ordem pública, e não tendo sido opostos embargos de declaração com vistas a sanar tal vício, inviabilizada a apreciação do recurso por esta Corte, por se tratar de óbice intransponível contido nos enunciados 282 e 356 da Súmula do STF.

No mais, o Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu pela não configuração de afronta à coisa julgada, bem como pela não comprovação da retribuição das ações, assim se pronunciando (fl. 180):

Reconheço que, de fato, houve notícia na fase de conhecimento da demanda coletiva acerca do pagamento de ações a 10.115 titulares de crédito, porém esta quitação não foi reconhecida na sentença, nem mesmo de forma parcial, tendo sido determinada a retribuição de ações sem qualquer abatimento.

A decisão agravada, por isso, não ofende a coisa julgada, ficando afastada a preliminar arguida nesse sentido.

Por outro lado, o alegado pagamento à parte agravada não restou comprovado pelo agravante nesta fase executiva.

É sabido que o pagamento não admite presunção e deve ser provado por quem o alega (art. 333, I, do CPC), sob pena de ter que pagar novamente (*bis dat qui cito dat*), se pagou mal.

Importante observar que o documento apresentado pela agravante como prova de recebimento e, inclusive, posterior transferência pela parte credora/agravada, consiste em declaração do Banco Santander que, mesmo em conjunto com procuração existente nos autos principais do BNDES à Telebrás S/A, nada prova, se desacompanhado do Certificado de Depósito de Ações (art. 43 da Lei n. 6.404/76) e/ou dos Livros Sociais (art. 100 da Lei n. 6.404/76) ou de qualquer recebimento expresso da parte credora.

Pela absoluta ausência de comprovação, deve ser tida por não efetuada a quitação de 8.620 ações a cada contrato.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REPASSE DE PERCENTUAL A ANTIGO SÓCIO. COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO MEDIANTE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE DA ESPOSA DO AUTOR. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. PREQUESTIONAMENTO. SUMULA 211 DO STJ. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A inversão do que ficou decidido pelo acórdão recorrido acerca da quitação do débito por parte do agravado demandaria reexame dos elementos fáticos-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 7 do STJ.

2. (...).

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg no AREsp 588.069/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 27/04/2015)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. PRECLUSÃO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. No presente caso, não é possível rever a conclusão do acórdão recorrido em relação à questão discutida estar acobertada pela coisa julgada e pela preclusão, uma vez que seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

2. (...).

3. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl no AREsp 1064314/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 28/08/2018)

Em sentido idêntico: AREsp n. 1.342.750/MS, Relator Ministro MARCO

AURÉLIO BELLIZZE, DJe de 4.10.2018.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

